

"E, de novo, nos damos, nos propomos
como pássaros livres e seguros
de pertencer-lhes o sabor dos pomos"

(Daniel Filipe)

Arquiver
na B. N. A. P. U. S.
X 2/9/85

A realização do nosso objectivo - a eleição de Maria de Lourdes Pintasilgo - exige a definição de uma proposta tática que, articulando os diversos níveis de intervenção nos momentos oportunos, assegure a plena realização futura do programa de candidatura.

A independência, condição subjacente ao texto constitucional, que tem vindo a ser concretizada com eficácia pela campanha, deverá ser reforçada e clarificada. Independência entendida como "cimento agregador de vontades" em torno de um projecto nacional.

A função presidencial deverá saber preservar a independência sendo, "activa, interventora e corresponsável" na dinâmica de resolução das grandes questões nacionais - o modelo de desenvolvimento e a regionalização. A situação económica e social, a próxima integração na CEE e as gritantes desigualdades regionais, transformam estes dois problemas no pano de fundo em que se moverá a acção política do próximo mandato presidencial.

Da forma como surgiu e no apoio que recebeu, é consensual "o desejo de mudança profunda no estilo e nos objectivos da nossa vida pública de que a hegemónica versão política é o reflexo deformado e deformante". A candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo "não se apresenta nem é percebida (...) apenas como um acto formal (...) mas também como aposta de mudança no interior de um sistema que não segrega a crise política como excepção mas como norma".

Desse consenso e da disponibilidade para a mudança existente em múltiplos estratos da estrutura social, ressalta a necessidade de dinamizar o desabrochar e o reaparecimento de novos protagonistas que conduzam ao desbloqueamento da situação, unindo o que estava separado.



Uma correcta definição tática tem de partir desse consenso e dessa disponibilidade, tendo uma actuação múltipla e diferenciada conforme os níveis em causa.

Constatando "a excessiva partidarização da vida política" esta candidatura aposta "para uma relativização da esfera política na vida social e para a participação mais séria e profunda dos cidadãos na resolução dos seus próprios problemas ou na expressão deles como problemas de todos".

Nesta situação, é claro que a base social e os eleitores dos partidos estão disponíveis para um novo relacionamento político. É esta a base da nossa confiança na vitória.

Neste período de mudança, a novas dinâmicas ao nível social, antecedem sempre os rearranjos no interior dos corpos intermédios e das estruturas partidárias.

A primeira fase de lançamento e implantação da candidatura está cumprida. A imagem de independência é já inquestionável, mas não chega para a vitória. É preciso avançar.

Impõe-se que saibamos criar condições para a progressiva e contínua construção colectiva de uma proposta nacional de desenvolvimento económico independente, articulada com a reorganização da sociedade portuguesa no sentido da regionalização e a definição de um quadro e relacionamento institucional coerente.

São esta perspectiva pode enquadrar, objectivar e rentabilizar o nosso trabalho. Esta opção permitirá que a candidatura não perca espaço durante as legislativas, pairando implicitamente sobre o debate eleitoral, onde estará como referência, mesmo que não nomeada.

As actividades já esboçadas ou programadas a nível central e regional realçam esse entendimento correcto. necessitamos de lhes dar eficácia



com a sua publicitação ao nível da comunicação social, organizando colóquios e sessões com a desmultiplicação que isso permite ao trabalho dos núcleos.

O voto nesta candidatura tem que significar, para a grande maioria dos seus eleitores, uma opção afirmativa e não um mal menor.

Mas para avançar com eficácia neste projecto necessitamos do desenvolvimento das instituições intermédias existentes no tecido social e do aparecimento de outras novas, constituindo nesta fase os interlocutores previliados da candidatura.

"Penso que estão preparadas as condições para que o Presidente da República se possa encontrar de facto na encruzilhada do que eu costumo chamar o tecido social"

Propõe-se deste modo:

- 1) A elaboração e a activação de um plano de reuniões de trabalho programadas com as instituições existentes ou sectores destas.
- 2) Encontros/debates da candidata com profissionais dos vários sectores de actividade, a cargo do sector de Inter-Empresas e Organismos.

Os encontros e reuniões sublinhados em 1) e 2) deverão ser, ainda que parcialmente, conclusivos e eficazmente publicitados.

- 3) Implementação nas diversas regiões de espaços de reflexão e debate sem necessidade de ligação orgânica à candidatura, sobre os problemas da regionalização. Estes espaços devem englobar personalidades, grupos e instituições que pela sua inserção na vida social lhes permitam conferir características verdadeiramente actuantes. Podem surgir em torno de mesas redondas para o jornal regional, ou em torno de associações já existentes, etc.



Sobre o relacionamento com os partidos políticos.

"Quero dizer apenas que nunca aceitarei, (...) apoios directos ou indirectos de partidos ou grupos políticos com a finalidade de obterem contrapartidas e favores políticos. Mas encaro como natural o apoio de formações partidárias (...)"

Uma candidatura que se caracteriza por uma nova concepção da política e propõe uma nova inserção dos indivíduos na sociedade mereceria sempre a desconfiança dos aparelhos partidários, empenhados além do mais alguns deles nos seus próprios candidatos.

Só a conjugação do peso que a candidatura adquirirá, com as pressões internas às formações partidárias, daqueles que partilham uma nova dimensão da prática política, poderá criar condições para a realização de acordos com as estruturas partidárias no sentido do seu apoio e da definição de regras de convivência.

Não sendo desde já viáveis acordos dentro do quadro definido, qualquer iniciativa da candidatura que não fosse correspondida seria contraproducente.

Deverá a candidatura definir as seguintes orientações:

- 1) Manter a actual tática de diálogo e colagem aos sectores eanistas, a fim de impedir a abertura de espaço para a existência de outro candidato e para a obtenção do apoio da sua base eleitoral.
- 2) Tomar a iniciativa de alargar a cooperação com os sectores da área socialista não apoiantes de Soares apelando à participação, orgânica ou não, nas iniciativas da candidatura. Criar e fortalecer o maior número de fontes possíveis com personalidade desta área.
- 3) Fomentar a participação de elementos e personalidades das áreas do PC e do MDP sem ligação orgânica e de reconhecida idoneidade



e competência: intelectuais, artistas, quadros técnicos e membros de corpos sociais intermédios.

Sendo esta candidatura um projecto em construção, alguns críticos esgotam-se na necessidade de tudo verem acabado e definido.

No entanto, a clarificação/síntese do discurso de referência é importante porque permite definir um contracto-programa com os eleitores, objectiva e enquadra as acções de trabalho, perspectiva e autonomiza as actividades dos núcleos, vencendo hesitações e atrofiamentos.

A apresentação das linhas mestras da candidatura deverá ser realizada em Outubro, depois de suficientemente amadurecidas as consequências das legislativas, como forma de consolidar a iniciativa política.

Para terminar, façamos nossa a proposta: "aceitarmos as novas exigências que se põem a todos nós e mobilizarmos os recursos que em nós estão latentes".

Fundação Cuidar o Futuro

Subscrevamos o apelo: "formarmos em conjunto uma República de cidadãos que seja também a "terra da fraternidade" com que sonhámos um dia".

Lisboa, 28 de Agosto de 1985

José Camacho

